

ENTREVISTA COM A COMISSÃO ELEITORAL

Quando comecei a planejar este número especial de E e R, preocupe-me em documentar, tanto quanto possível, todos os acontecimentos relacionados ao processo das eleições diretas para a Direção da Faculdade de Educação da UFRGS gestão 85-88. Logo pensei também que a mera coleta e publicação de documentos formais não seria suficiente para retratar o cotidiano daquela jornada. A forma que encontrei para deixar registrado ao menos um pouco da malha de interações políticas daqueles agitados dias foi realizar entrevistas com alguns dos seus participantes. O que se segue é uma destas entrevistas, realizada com os membros da Comissão Eleitoral. Participaram da entrevista: os professores Cícero Marcos Teixeira, Neusa Junqueira Armellini, Ilza R. Jardim e Maria Delourdes Maciel; os funcionários João Carlos Bonotto, Helena Osório Lehnem, e Irene Carvalho e as alunas Sonia Mara Ogiba e Helena Carvalho. A entrevista foi realizada no dia 17 de janeiro de 1985.

Tomaz Tadeu da Silva.

Tomaz — *Estamos reunidos com a Comissão Eleitoral para tentar recordar um pouco da história do processo eleitoral para Direção e Vice-Direção da Faculdade de Educação. A primeira pergunta que eu faço é: como começou toda a história, quando começou, porque começou?*

Cícero — O início se verificou naquele envolvimento da greve, que criou um clima propício para que houvesse a organização da Comissão Eleitoral.

Ilza — Eu vejo um pouco diferente do Cícero, e penso que a greve criou o espaço... mas os anseios de uma participação no processo vinculam-se muito a uma realidade maior, que é a realidade brasileira. Nós tínhamos vindo de todo um processo de tentativa de eleições diretas, de desejo de participação na eleição de nosso presidente. Vínhamos também de uma certa sensação de frustração, de um vazio. Essas foram duas coisas que entraram muito junto conosco no espaço da greve. Eu vejo a greve como um espaço para que as pessoas pudessem se

encontrar, discutir e debater. Esse desejo de participação e, de certa forma, um pouco de inconformismo do brasileiro de não poder participar do processo maior foi uma grande motivação, uma grande força para que nós desencadeássemos este processo aqui dentro. Além disso surgiu entre nós o medo de que determinada pessoa viesse a ser nossa Diretora. E este medo foi também um fator desencadeador de agrupamento de forças e pessoas.

Delourdes — No Colégio de aplicação também era o medo, medo que a Direção não ficasse com alguém da casa.

Ilza — Porque se falava nos corredores que se determinada pessoa constasse da lista sêxtupla ela seria escolhida Diretora pela Reitoria, independente da ordem. Pelo menos era isso que se dizia. Eu sentia que isto era um elemento desencadeador. Um terceiro elemento de influência foi através dos professores do Pós-Graduação. Os professores do PG, na minha opinião, vinham de um processo de indicação da Comissão Coordenadora muito frustrante, com muitas dificuldades, inclusive muito desencantados, parece que não tinham alcançado o que eles desejavam. Então a experiência da eleição da Comissão do PG foi muito marcante, mas penso também que isto foi muito positivo, na medida em que eles tinham tido uma experiência que nós, professores da graduação, não tínhamos tido. Eles tinham feito um acordo com um determinado grupo de pessoas e este acordo não foi respeitado. Eu sentia nas reuniões que isto estava muito latente, porque uma vez uma professora que atua na área do PG disse: “elas não vão fazer aqui o que fizeram no PG”. Isto ficou tão vivo na minha cabeça que, de tudo que se passou durante a greve, foi uma das coisas que ficou. Então eu colocaria estes três momentos: a frustração do processo eleitoral maior do Brasil, o medo de que uma determinada pessoa viesse a ser nossa Diretora já que se ela entrasse em qualquer lugar da lista de 1º a 6º ela seria escolhida e a experiência do PG na constituição da Comissão Coordenadora.

Cícero — Esses detalhes, muitos dos quais eu estou tomando conhecimento nesta oportunidade, não me envolveram em nenhum momento. A mim não atingiu profundamente mesmo porque logo em seguida me comprometi com a Comissão Eleitoral, estabeleci assim uma “aura protetora” para me deixar bem ajustado, equilibrado e o mais neutro possível para desencadear o processo eleitoral.

Delourdes — Eu vejo outro aspecto. Dentro da FACED, como as coisas já estavam de alguma forma se encaminhando para isto, houvesse ou não a greve, o processo seria desencadeado. A greve acelerou e criou o espaço e se soube aproveitar, foi uma coisa que era desejo de um grupo bastante grande do Colégio de Aplicação. Desde o estudo do Regimento do Colégio as coisas começaram a vir à tona sobre a situação real do Colégio de Aplicação dentro da Faculdade de Educação, no projeto sobre a formação de Centro Integrado de nível médio. Por outro lado, como o Colégio de Aplicação foi mantido como um órgão auxiliar da Faculdade de Educação e conhecendo as razões dessa decisão, eu pensava já que é

assim, as coisas devem ser mais assumidas, tem que ser de umá forma mais integrada. **Havia de fato**, toda a tentativa do Cícero e da Vera em termos de relação com a Juracy e a FACED que facilitou na gestão deles uma maior aproximação, e o fato de haveremos escolhido a Vera e o Cícero dentro de um processo de eleição, embora indireta. Com relação à Faculdade tínhamos o desejo de que as coisas se integrassem e isso realmente começou a acontecer, muito antes de ser escolhido o próprio Diretor da Faculdade de Educação, durante a própria greve as pessoas se aproximaram, havia o desejo e o espaço e a ocupação deste espaço. A gente viu o resultado quando as aulas começaram em agosto, pois de repente, as coisas começaram a fluir e duma forma mais natural, pois as pessoas começaram a se conhecer. O desejo dos alunos na participação do processo foi uma conquista também.

Ilza — Se tu me permites, nós da FACED, não nos conhecíamos, eu penso que na greve nós tivemos a oportunidade de ouvir as pessoas se pronunciarem. Foi um processo muito doloroso para muita gente. As pessoas se pronunciaram, expuseram suas idéias, se deram a conhecer. E quando eu digo “as pessoas”, eu digo os alunos, os funcionários e os professores. Nós nos conhecíamos a nível muito superficial, por exemplo, eu nunca tinha ouvido o Tomaz falar, eu nunca tinha ouvido, por exemplo, as idéias da Professora Ana Cristina, e ela é minha colega de andar, mas eu nunca tinha conversado com ela, não sabia o que ela pensava. Então eu acho que esse processo também tem esse outro fator de as pessoas se conhecerem a ponto de saber um pouco o que elas pensam, e como se portam. Eu acho que muita gente saiu do muro.

Neusa — Eu acho que neste espaço de espírito de greve, houve um movimento de reflexão em torno de até novas percepções de educação, principalmente sobre a relação entre educação e sociedade. Houve um aumento quase que gradativo de um comprometimento mais social. E eu senti que nós fizemos uma caminhada no sentido de tentar um tipo de processo de coerência entre teoria e prática, relacionar estas duas áreas no sentido de buscar uma vivência mais democrática. Acho que foi um desafio que se colocou a todos nós na Faculdade de Educação. Quer dizer, se nós estamos tentando ver uma nova concepção educacional, em que a abordagem social é importante, eu acredito que esta vivência democrática é necessária, principalmente, porque nós estamos trabalhando com educação, esta busca de relação entre o dizer e o fazer quase que se tornou um imperativo para nós. Os momentos de paralisação da greve ajudaram a formar um novo espírito dentro da Faculdade de Educação, que deu origem justamente a todo o processo eleitoral.

Bonotto — Eu acho que, com a greve na casa, o nosso processo eleitoral se estruturou uma vez que o movimento já existia latente. Prova está que na eleição anterior para a Direção já tinha havido um espaço, uma espécie de eleição onde os funcionários fizeram uma discussão interna, o que não deixa de ser um processo eleitoral mais rústico. A coisa já vinha de antes, latente, o que faltava era

estruturar e o que propiciou isto foi a greve. Claro que considerando os fatores que a Professora Ilza falou, de frustração, um amordaçamento de 20 anos. As pessoas formaram grupos e as idéias fluíram e cresceram. Com isto houve um crescimento social do grupo, mas o movimento já estava presente. A greve simplesmente estruturou o desenvolvimento deste processo.

Ilza — Antes mesmo da greve, os nossos funcionários já tinham constituído seu conselho, já tinham inclusive um regimento. Eu participei de algumas reuniões como representante dos professores neste conselho. Então o próprio grupo de funcionários já estava fazendo seu movimento, sua organização interna como segmento e com isto já estava mostrando que tinha força em termos das coisas que desejavam. Este é um outro fator que realmente ajudou a desencadear o processo, pois quando as pessoas se fazem representar elas assumem uma certa força e passam a ser respeitadas. Hoje os funcionários desta unidade são respeitados pelos professores, não só porque eles se constituem em grupo mas também porque eles tem um ótimo desempenho profissional. Este é um fator que se deve reconhecer.

Helena Lehnen — Eu concordo contigo, Ilza, mas de qualquer forma, se não tivesse havido a greve, o espaço que ela nos criou, embora todas estas colocações que fizeste, nós não teríamos condições de nos integrarmos no processo. Acho que a greve foi um fator importantíssimo para essa integração que houve entre professores, funcionários e alunos, embora estes em menor número; mas houve integração. De outra forma não teríamos tido horário. Nós funcionários estávamos em atividade de grupo constante, a qualquer momento poderíamos decidir coisas e o contato com os professores era bem facilitado. Acho que isto foi um fator muito importante para a congregação.

Neusa — No momento em que houve a constituição da Comissão Eleitoral, esta buscou representar o grupo no sentido de se fazer porta-voz e desenvolver todo um processo de coordenação. Quando nós passamos a nos reunir e acho que isto ocorreu pela primeira vez na Faculdade, ou seja, uma comissão paritária de professores funcionários, e alunos, um dos pontos mais fortes do grupo foi a busca de imparcialidade, no sentido de poder ajudar a coordenar o processo. Considero que até foi muito difícil para nós mantermo-nos um pouco isolados. Muitas vezes eu estava vendo a campanha se desenvolver e sentia um pouco de frustração por dois motivos: primeiro porque como membro da Faculdade, gostaria de estar participando da campanha e segundo porque sabia que estava perdendo na aprendizagem da vivência democrática. Houve momentos que ficamos realmente muito alijados do resto do trabalho que a Faculdade estava desenvolvendo. Se por um lado eu ganhei em participar da Comissão Eleitoral em termos de aprendizagem, de outra forma eu perdi a oportunidade de convivência com o resto do grande grupo da Faculdade nos momentos da escolha de candidatos da campanha. Procuramos manter a maior neutralidade possível e reconheço que foi uma decisão acertada da Comissão. Outro aspecto que me pareceu

bastante importante é que nós nos propomos a ajudar a comunidade a tomar decisões o mais pensadamente possível. Não tínhamos maiores informações sobre o processo democrático. No momento em que a comunidade resolveu que haveria uma assembléia de greve e uma assembléia ligada especificamente ao processo eleitoral, nós nos sentimos comprometidos, trazendo elementos para subsidiar o processo decisório. Outro elemento que constituiu a nossa filosofia de trabalho, além da neutralidade e da busca de aprofundamento foi a participação. Procuramos, como pequeno grupo, não tomar decisões sem que realmente fossem trabalhadas, aceitas e referendadas pelo grande grupo.

Delourdes — Tínhamos até que frear para que o grupo não tomasse decisões apressadas, pois víamos que a coisa estava fervilhando e que ainda não tinha sido tomada propriamente a discussão e havia o desejo de se decidir e votar e acompanhar o borbulhar de coisas que aconteciam nas assembléias. O processo deveria ter ocorrido antes, a culminância do processo, a eleição, e muita gente perguntava: por que segurar tanto? Mas eu acho que este foi o ponto alto, aquele tempo necessário para que as coisas fossem bem amadurecidas, bem conscientes. E no momento em que as propostas foram colocadas em votação, a maioria delas tinham sido esgotadas no grupo, em termos de discussão.

Neusa — Iniciamos a constituição formal da Comissão Eleitoral, em 28 de junho; ultimamos a montagem participativa do regulamento eleitoral em 21 de agosto. Mantínhamos uma média de um ou dois contatos semanais com a comunidade da FACED. Foram praticamente dois meses de trabalho para que emergisse um regulamento, assessorado por várias pessoas que estavam disponíveis no sentido de ajudar a pensar. Acredito que da constituição da Comissão até a validação do regulamento desenvolvemos um processo bem amadurecido e participativo.

Tomaz — *Eu tenho curiosidade de saber em que momento da greve, se foi no início da greve e como se iniciou o processo, se foi através de uma assembléia de greve, por exemplo. Gostaria de saber também como se estabeleceram as regras da própria assembléia. Porque este é um problema importante: como uma assembléia, que vai fazer uma espécie de constituição, estabelece suas próprias regras de funcionamento?*

Neusa — A greve começou em 15 de maio, a constituição da Comissão Eleitoral ocorreu em 28 de junho e as discussões em torno do programa de democratização da Universidade já estavam presentes no decorrer das assembléias de greve. Já tínhamos levantado praticamente todos os itens básicos que viriam a compor, posteriormente o regulamento. Assim o tema da democratização esteve presente em todo o processo de greve, mas sua sistematização no sentido de começar com o processo eleitoral propriamente dito, na realidade, ocorreu ao final de junho.

Ilza — Realmente, quando nós entramos em greve, a idéia de participação, de uma democratização estava latente mas penso que a situação em que se encontrava a greve em fins de junho, foi um fator importante. Nós começamos a

ter um esvaziamento de conteúdo nas reuniões, nós entramos num marca-passo, nós estávamos congelados pelo Ministério. Então, como estávamos congelados, começava a faltar conteúdo para discutirmos nossas reivindicações, e foi neste congelamento pelo Ministério que se gerou um espaço, e fez com que todas aquelas idéias, que se estava discutindo, de participação, de democratização e de todos nossos anseios, emergisse a idéia de eleição. Eu tenho a impressão que isto coincidiu com a nomeação do Reitor, nós já sabíamos aí que o Professor Ferraz seria o nosso Reitor. Isto também foi um elemento que se considerou no momento em que as cartas já estavam marcadas. Aí se começou a trabalhar de maneira mais definida. Mas antes da comissão estar constituída, já se estava discutindo a participação e como se fariam as coisas. O grande valor da Comissão, está neste momento, a sua constituição entrou num momento chave, quando o potencial já estava trabalhado ; ela fez um trabalho de catalizar essas idéias e teve um grande papel.

Neusa — A Comissão nasceu expressando o desejo do grupo. Isto ficou bem evidente.

Bonotto — Ela nasceu não como Comissão Eleitoral. Houve uma transformação. Quando a greve estava se esvaziando, quando os assuntos estavam sendo esgotados, na sala 601, os professores e os funcionários tentaram elaborar uma comissão paritária, de professores, alunos e funcionários para organizar os temas. Isto foi meio difícil, no início não deu certo, os professores não iam, os funcionários idem, estavam cansados. Não havia, então, jeito de montar essa comissão de greve da Faculdade de Educação. Isto mais tarde, é que foi dar origem à Comissão Eleitoral. Claro que outros assuntos emergiam, e dentro deles foi a eleição para escolha de Diretor. Aí então sim, foi uma comissão específica para um processo específico. Foi fácil, então, indicar os representantes dos funcionários e dos alunos. Foi uma transformação gradativa, as coisas surgiam, iam aumentando, sendo buriladas, até desembocar na Comissão Eleitoral. Os fatos não aconteceram isolados e nem num dia.

Tomaz — *Eu queria saber quais foram as grandes dificuldades no estabelecimento das regras de funcionamento.*

Delourdes — Temos que colocar como foi desde o início, inclusive, na época de greve, quando com qualquer “quorum” nós tomaríamos as decisões, mesmo aquelas que, poderiam esperar pelo amadurecimento do grupo. Acho que o que tu colocaste, se pensarmos em Colégio de Aplicação, houve envolvimento no processo, mas o grupo da FACED estava mais maduro em relação ao processo eleitoral, tinha participado mais das discussões, enquanto que no Colégio durante a greve, outros assuntos estavam sendo discutidos, como a estrutura da própria escola, como organização interna nas divisões, o aspecto curricular. Sabíamos que havia muitas pessoas querendo que se discutisse a questão da direção da

escola, mas por outro lado, havia um grupo que não estava muito envolvido no processo. Quem liderava e coordenava o movimento de greve do Colégio de Aplicação, eram as mesmas pessoas que faziam parte do Conselho Diretor. A coisa foi indo meio nebulosa, até que um dia em assembléia, os professores do Colégio de Aplicação, numa reunião de greve, colocaram que a FACED já estava desenvolvendo seu processo, que as coisas já estavam caminhando e que no Colégio se fugia do assunto. Perguntava-se se não era hora de se decidir se no Colégio a eleição seria ou não direta, e cobrar do Conselho Diretor esse compromisso. E isso foi cobrado em assembléia. Foi então que percebemos com clareza que o pessoal havia se decidido a batalhar pelo processo. Ninguém queria levantar nomes para não criar melindres mas sabiam o que queriam, o processo deveria ser direto. Quando o pessoal colocou sua posição, eu disse que, como membro do Conselho Diretor, assumiria o compromisso com o grupo, pois se eu estava representando o Colégio junto à Faculdade de Educação num processo de eleição direta, isto era o meu testemunho público de que era isto o que eu queria. Foi neste momento que o Conselho Diretor assumiu o compromisso de referendar a escolha dos nomes que fossem indicados no processo eleitoral. Então a coisa nasceu um pouco diferente do que na Faculdade de Educação. Outro aspecto foi a participação dos nossos alunos, não sei se por serem adolescentes. Já havia um clima diferente daquele observado em relação aos alunos da FACED. O professor de repente, parecia um adversário do aluno embora desejassem a mesma coisa. Foi todo um clima diferente. Há um grupo muito maduro entre nossos alunos, mas há também um grupo que vai muito no oba-oba. Isto dificultou a participação dos alunos no processo eleitoral num momento que não era mais de greve. Aqui os alunos já são adultos, lá são crianças e adolescentes.

Tomaz — *Vou aproveitar essa deixa para perguntar exatamente quanto à participação dos alunos. Qual foi a intensidade da participação dos alunos de graduação e da pós-graduação, no processo de eleição da FACED?*

Helena Carvalho — Como começou na época da greve, a participação dos alunos ficou meio prejudicada, pois eles não estavam presentes, somente um pequeno grupo estava aqui já participando da greve dos professores. Nas assembléias nós nos reveávamos um pouco. Então quando estourou praticamente a idéia das eleições de diretor, convocou-se os alunos através do DAFE. Na primeira assembléia de alunos, havia um número significativo, mas como era um período de greve os alunos não se sentiam ligados diretamente porque achavam que a coisa estava meio amarrada com a greve. Aí os alunos vinham uma vez ou outra, mas não assiduamente. Depois quando cessou a greve, aí foi mais a nível de sala de aula e quando começaram a falar com os professores melhorou mais ainda. Eu senti que foi na época do reinício das aulas que o aluno começou a vivenciar mais diretamente. A greve deixou-nos meio frios.

Neusa — A participação dos alunos na votação para Diretor foi em torno de 71%, para Vice-Diretor em torno de 65%. Considero isso muito significativo.

Ilza — Eu acho a participação dos alunos muito significativa. Os alunos entraram nesse processo no período da greve, quando eles foram a uma assembléia de professores aqui da Faculdade de Educação, para conversar conosco sobre ensino, educação, qualidade de trabalho, o que eles estavam achando de seu curso, o que eles desejavam. Eu me lembro, pelo menos no que eu tenho registrado, de que foi uma reunião bastante difícil, porque nós professores não estamos acostumados a isso e os alunos também. Os alunos entraram via Ana Cristina e tiveram bastante dificuldade em expor suas idéias, pela própria reação que o grupo de professores expressa. Sentia-se um certo mal estar, eu recorro isto. A partir daí eles passaram a freqüentar as nossas reuniões. Então eu acho que pela falta de discussões de temas, como o Bonotto tinha colocado, e um dos temas era a qualidade de ensino, era o curso de pedagogia, esse ingresso deles foi muito importante. Nós tivemos algumas aprendizagens a nível até de convivência, de democracia, de participação dos diversos segmentos fora de sala de aula. Isto eu considero um dos momentos mais importantes porque levou a integrar o próprio grupo para a eleição do Diretor da Faculdade de Educação.

Helena Carvalho — Houve esta assembléia que os alunos jam coordenar, se não me engano foi a segunda assembléia com os alunos; isto já foi a partir da questão da eleição para a Direção. Aí a coisa ficou bem amarrada.

Neusa — Ficou muito presente a busca de visualizar uma nova Faculdade, tanto do ponto de vista dos professores, como dos funcionários e dos alunos. Estava sempre presente isto: que tipo de Faculdade, que tipo de escola nós estávamos desejando. Isto foi um tema comum em todos os segmentos da comunidade.

Tomaz — *Eu queria colher as impressões do grupo sobre um outro aspecto que foi uma característica central do processo. Era um empreendimento arriscado, uma vez que não havia garantia nenhuma de que estas regras estabelecidas nesse processo, nessas assembléias, seriam seguidas, seriam respeitadas. Durante todo o momento foi um empreendimento caracterizado por uma incerteza, um empreendimento de risco. Primeiro, não era nenhum processo revolucionário, não se estava tentando subverter as regras completamente, mas apenas se estava tentando criar artifícios para, dentro das regras estabelecidas, das regras institucionais, regimentais, introduzir um elemento novo, mas sem subverter completamente. Por isso havia uma tensão permanente.*

Neusa — Desde que iniciamos o processo, eu tinha uma certeza interna de que a Congregação, que tomaria a decisão última em relação ao resultado do processo eleitoral por ser constituída de membros eleitos por algumas categorias de professores teria sensibilidade em relação aos anseios de sua comunidade. Eu tinha confiança na Congregação, de que ela iria respeitar e considerar a nossa caminhada democrática. Na minha percepção houve risco, houve tensão, mas no fundo ficou sempre um resquício de que nossos representantes validariam os nossos esforços e a nossa posição.

Delourdes — O lado bom disso tudo é que o desafio faz com que a gente lute, vá até o fim, é a expectativa de que quanto mais significativo o processo for, maior é a chance de ser aceito pelas pessoas.

Neusa — Houve momento em nosso processo em que os membros da Congregação se posicionaram claramente. Houve professores que se definiram nas assembléias, declarando que aceitariam as decisões da comunidade.

Cícero — Eu participei da Congregação, eu não tenho esta certeza da Neusa. Havia naturalmente resistências naturais dentro da Congregação. Mas houve um trabalho que eu gostaria de ressaltar. A Direção da Faculdade de Educação, a cargo da Professora Juracy, contribuiu de certo modo para que dentro da Congregação houvesse uma evolução, uma aceitação progressiva do processo. Foi uma aprendizagem nossa, dentro da Congregação, acompanhando o processo direta ou indiretamente da greve como um todo, as reivindicações. Nós fomos sentindo que não seria possível, seria inadmissível que nós da Congregação ficássemos indiferentes a todo um anseio de funcionários, professores e alunos. Houve momentos de recuos, houve momentos de avanços, de incertezas. Mas houve um trabalho. Então aquelas resistências aos poucos foram sendo removidas e não se tornaram empecilhos para que os anseios do grupo não fossem concretizados.

Neusa — Os dados do resultado da eleição também se constituíram num fator importante desse processo. Se havia alguma hipótese de que esses resultados não seriam válidos, consistentes, significativos, no momento em que eles se configuravam nas duas votações, expressando com clareza o que a comunidade estava desejando, esta hipótese ficou afastada.

Cícero — Eu diria que isso de certo modo foi decisivo. Pairava uma dúvida e um certo temor quanto à validade do processo e alguns colegas da Congregação tinham esse dilema. Se os resultados não fossem significativamente satisfatórios então significaria que os nomes apresentados não seriam naturalmente representativos da comunidade. E aí criava um dilema, mas isto felizmente foi superado.

Ilza — Eu acho que o trabalho da Professora Juracy foi um grande fator para o resultado. Outro aspecto que eu senti, talvez por estar na comissão, é que foi um trabalho muito sério, havia seriedade no processo. Isto se sentia, se percebia. Penso também que houve colegas da Congregação com maior sensibilidade, que também fizeram um bom trabalho dentro da Congregação. Não deveríamos esquecer isso, que houve professores dentro da Congregação que, com maior sensibilidade, maior adesão ao processo, ajudaram seus companheiros de Congregação a pensar no processo, trazendo subsídios, trazendo idéias, fazendo debates. Outras unidades da Universidade chegaram até o processo, mas não conseguiram chegar com o processo até a Congregação. Isto não aconteceu aqui na Faculdade. Nós conseguimos que o processo figurativamente entrasse na

Congregação. E a seriedade do processo, a participação foram fatores muito importantes.

Bonotto — Deve-se ressaltar que todo o processo foi um trabalho muito bem feito. Havia a independência, a imparcialidade e a representatividade dos elementos da comissão. E a comunidade aos poucos foi aglutinando-se ao redor da Comissão, identificando-se com o seu trabalho. A Congregação no início estava rachada, ela devagarinho foi aderindo, foi o último elemento a se incorporar ao movimento. Esse trabalho desenvolvido pela Comissão Eleitoral mais o da comunidade, culminaram com aquela assembléia na sala 601, em que saía gente pelo ladrão. Aquilo sacramentou o processo a nível de coletividade e de comunidade. Depois, a discussão chegou à Congregação que inicialmente estava terrivelmente rachada, não concordava com a idéia. Diziam que a escolha de Diretor é uma incumbência regimental da Congregação. Este segmento dentro da Congregação começou a diminuir. Então se reduziu a uns seis membros, só que eram radicais e defendiam sua idéia. Nesse ponto a professora Juracy teve uma participação muito importante. Ela teve uma parcela de responsabilidade muito grande para fazer o processo passar. Não sei se por planejamento e interesses pessoais, ela tenha vislumbrado alguma coisa lá na frente. Isto depende da inteligência de cada um e da interpretação do fato.

Neusa — A Comissão Eleitoral se relacionou com a comunidade através das assembléias e também com a Direção. No momento em que nós formalizamos o processo junto à Direção houve uma interação muito importante e harmônica entre Comissão Eleitoral e Direção. Formalmente, a nossa comunicação com a Congregação ocorreu através de ofícios, apresentando os resultados, mas com a professora Juracy nós tínhamos contatos freqüentes, fornecendo os elementos para seu posicionamento junto à Congregação. No fundo a intermediação ocorreu assim: comunidade com a comissão eleitoral e esta com a Direção, através da professora Juracy e a Congregação.

Delourdes — Mas aí eu vejo a imparcialidade do nosso grupo como fator determinante desse contato. Tínhamos o respaldo do grupo que nós representávamos e o respeito do grupo que não era tão a favor do processo da Congregação e da Direção. A imparcialidade e a seriedade desse grupo foi muito importante.

Cícero — Foi uma conquista pois foi se impondo pela sua ação equilibrada, imparcial, honesta.

Neusa — Eu destacaria outro aspecto: quanto a vivência democrática exige que nós respeitemos as posições de oposição! Então ficou muito claro que mesmo havendo colegas da Faculdade que não estavam a favor do processo, eles também deveriam ser respeitados nas suas posições. Para mim foi uma vivência muito nítida, muito clara, que também preciso respeitar a posição que está em oposição à minha. Houve até um certo amadurecimento neste sentido.

Tomaz — Deixem eu também dar meu depoimento como participante. Acho que esses depoimentos dados por último, estão muito ligados a uma parte bastante reduzida em termos de tempo. Vocês estão falando do finalzinho apoteótico e glorioso, em que já tínhamos passado o ponto de inflexão da curva, onde estávamos já praticamente decididos. Mas não podemos esquecer quanto à participação da diretora na época, que houve um momento, em que ela, numa das assembléias, de certa forma, procurou se colocar um pouco em oposição ao processo. Certamente a partir desse momento teve a sensibilidade para vér que era irreversível e não se colocar muito contra a partir daí. Mas este momento já era o finalzinho do processo, já foi um momento em que já não estávamos mais em greve. Lembro-me que nessa assembléia ela tentou colocar todo o processo como uma coisa não legítima, pois teria nascido num momento de greve e, portanto contra a direção e os poderes instituídos. Não vamos glorificar a participação da Diretoria de então. Há que reconhecer que houve sensibilidade para, a partir desse momento, executar uma virada. Mas foi uma virada executada sob a influência e sob a força das circunstâncias do processo.

Cícero — Não se trata aqui de glorificar ninguém, mas eu acho que é o desejo de fazermos justiça. Certamente, este fato que você agora lembra, nós nos damos conta que ocorreu efetivamente. É possível que isto tenha ocorrido, de a própria pessoa ter realizado uma reformulação face à evidência circunstancial tão grande. Não seria inteligente manter-se em oposição. Houve um crescimento.

Helena Lehnen — Mas esta mudança de pensamento, não só da Direção mas também de alguns membros da Congregação, foi a partir daí, dessa última reunião onde se aprovou o regulamento. Fez-se um chamamento geral, era a última leitura e aprovação do Regimento. Fez-se contatos com a Diretora, Vice-Diretora, com os Chefes de Departamentos, pós-graduação, etc., através de ofícios, para a aprovação do regulamento. Aquela assembléia teve uma participação maciça de alunos, professores e funcionários. Muitos integrantes da Congregação viram que o processo já estava sacramentado dentro da Faculdade.

Tomaz — *Eu queria aproveitar o momento para passar para dois itens que foram bastante discutidos e foram de grande importância na discussão, no processo de estabelecimento do Regimento. O primeiro é a questão da proporção de participação dos diversos segmentos. Eu me lembro que aí haviam propostas conflitantes, que foram bastante discutidas.*

Neusa — O que estava muito presente nesta discussão era uma tentativa de caracterizar o que seria mais democrático: a proporcionalidade ou participação total, o percentual maior para o aluno ou para o funcionário? Foi um ponto crítico na nossa decisão a questão de quem é que tem o direito de votar.

Helena Lehnen — Mas a questão “quem vota” foi mais ou menos pacífica. Mais difícil foi o tipo de voto, a proporcionalidade.

Neusa — Discutia-se questões tais como: Quem a administração influencia mais? Ou quem interage mais? Outro aspecto que ficou muito claro, é que democraticamente nenhum segmento deveria determinar os resultados.

Helena Carvalho — Sim, mas é que no início estavam sendo vistos como muito separados: alunos, funcionários, professores. Acho que esta eleição veio endossar o meu pensamento de que não é bem assim, de que as pessoas são maduras o suficiente para pensarem como um todo. Acho que o resultado final demonstrou que todos pensavam da mesma forma, tanto os alunos como os professores e funcionários. No início havia a idéia de que os alunos poderiam decidir independentemente, como se fossem o oposto dos professores e funcionários.

Bonotto — A impressão que ficou era de que o grande grupo queria o sufrágio universal, mas surgiu também a preocupação de que um segmento não se evidenciasse em relação a outro. De um lado queríamos o sufrágio universal, de outro também não queríamos permitir que um segmento preponderasse em relação aos demais. Destas colocações, então, é que surgiram as discussões e aí se estabeleceram as proporcionalidades.

Sonia — Há uma correção a se fazer aí. Pelo fato de ser aluna do Pós-Graduação e pertencer ao quadro Técnico-Administrativo desta casa, vivi as duas realidades. Eu estava em ambas as assembleias. O sufrágio universal era o desejo da maioria, senão a totalidade, dos alunos do Mestrado. Democracia para os alunos significava que todos deveriam votar. Fez-se uma convocação a mais ou menos 70 alunos; destes compareceram 15 e foi bastante pacífica a votação no sufrágio universal. Entretanto, pelo fato da votação ter sido adiada por umas 2 ou 3 assembleias, o pessoal se desmotivou e acabou não vindo. No caso dos funcionários, por exemplo, havia um ou dois que queriam o sufrágio universal, tanto é verdade que surgiu uma proposta em bloco dos funcionários a favor do voto paritário. Entre eles, o pensamento era de que se se votasse no sufrágio universal, os alunos poderiam decidir sozinhos as eleições. Argumentavam que os alunos, pelo fato de permanecerem menos tempo na casa, não poderiam decidir a eleição. Entre os funcionários, sem dúvida, o tipo de voto que parecia ser o mais democrático era o paritário, com pesos iguais. Houve, inclusive, conflito entre o grupo após o resultado da assembleia que decidiu pelo voto proporcional.

Tomaz — Houve dois conflitos básicos. Parece que nesse primeiro momento na votação da decisão se seria voto universal ou não, pelo menos um grupo de professores se colocou claramente em oposição e até em conflito bastante aberto com o grupo de alunos, porque os professores estavam contra o voto universal. No segundo momento a maioria do grupo dos professores optou pela forma dos 2/3, englobando professores e funcionários, enquanto que os funcionários entendiam que deveriam participar como um grupo à parte, com valor de 1/3. Então houve estes dois momentos de conflito, de tensão, dentro da própria assembleia.

Para terminar eu queria discutir um pouco outro ponto central do processo que foi bastante polêmico. Essa discussão estendeu-se e espalhou-se para além das assembleias e hoje ainda é central na discussão sobre democratização da escolha de direções dentro da própria universidade. É a questão da inscrição da chapa ou individual. Quais eram os grupos em oposição com relação a esta questão?

Neusa — Nós, como Comissão Eleitoral, estávamos captando exatamente esses interesses. Acho que o nosso trabalho foi no sentido de ajudar o processo de reflexão em torno disto, pensar qual a melhor escolha e abrir espaço para os dois grupos, um que desejava a inscrição por chapa e outro que desejava a inscrição individual. Preocupávamo-nos em abrir os espaços para que houvesse uma decisão tomada pelo grupo. Os grupos estavam numa contenda muito grande. Senti isso nas assembleias e não foi muito fácil para nós, pela nossa falta de experiência em dirigir assembleias dessa natureza. Foi um momento muito crítico de coordenação, mas eu sinto que na realidade a decisão partiu do grupo. Nossa tarefa foi ajudar a encaminhar e aceitar a decisão do grupo em relação ao problema de chapa e voto individual. Mas esse assunto foi o ponto crítico, antes, durante e depois do processo eleitoral. Na assembleia do dia 21 de agosto, houve praticamente uma necessidade de se retomar o tema “chapa versus voto individual”. Houve uma rediscussão e uma validação final e a comunidade acabou com o assunto.

Cícero — Talvez houvesse necessidade de se retomar essa decisão de inscrição por chapa. Eu não sei se no futuro, dependendo das decisões dos grupos em assembleia se deverá optar novamente por chapa.

Tomaz — A própria discussão da chapa e o conflito que se criou foram importantes na legitimação do processo. Houve numa assembleia contestação de uma decisão já tomada em favor da inscrição da chapa e convocou-se uma assembleia extra em que o regimento seria definitivamente ratificado. Isto contribuiu para a legitimação final do processo, porque aquelas pessoas que estavam contra a inscrição por chapa e que de certa forma estavam reticentes em relação a todo o processo, não só em relação a essa questão, acabaram comparecendo aquela assembleia como uma maneira de contestar esse provável resultado em favor da inscrição por chapa e com a sua presença acabaram legitimando todo o processo, dando o seu aval, a sua chancela a todo o processo. Então essa assembleia do dia 21 de agosto, em que se aprovou finalmente o regimento e que foi a de frequência maior de todas as assembleias e por isso acho que foi o momento culminante de todo o processo, por essa própria dinâmica da participação maciça das outras pessoas que estavam a favor da inscrição por chapa, acabou dando a chancela final do processo que tornou irreversível o resultado final.

Helena Lehnen — Estavam presentes cento e oitenta e seis pessoas e só vinte votaram a favor da alteração, sem nenhuma abstenção.

Tomaz — *Acho que o inventário está completo.*